



## SUMÁRIO

Agradecimento.....	VII
Prefácio.....	IX
Introdução.....	1
<b>I — A autonomia privada testamentária e a necessidade de sua revisão a partir da funcionalização dos institutos jurídicos aos valores constitucionais.....</b>	<b>15</b>
I.1. A concepção clássica do testamento e sua feição individualista: contraposição à funcionalização dos institutos jurídicos aos valores constitucionais.....	15
I.2. A autonomia privada de acordo com a tábua axiológica prevista na Constituição da República Federativa do Brasil e a necessária revisão da autonomia privada testamentária.....	37
I.3. A propriedade e a família no fenômeno sucessório: críticas ao princípio da unidade da sucessão.....	53
I.3.a). A análise da natureza dos bens transmitidos. Percepção do amplo campo de investigação do fenômeno sucessório à luz dos diversos estatutos proprietários.....	66
I.3.b). A família e a mudança de perspectiva em sua tutela: repercussões no Direito Sucessório.....	94

I.4. Os efeitos <i>post mortem</i> das situações jurídicas extrapatrimoniais.....	112
<b>II – A sucessão testamentária e a perspectiva do sucessor: limites à autonomia privada testamentária a partir do controle de merecimento de tutela das disposições contidas no ato de última vontade.....</b>	<b>139</b>
II.1. A figura do sucessor no fenômeno da transmissão <i>mortis causa</i> . A existência de herdeiros necessários.....	140
II.1.a. Herdeiros e legatários.....	143
II.1.b. Os herdeiros necessários.....	150
II.2. Contraposição entre os interesses dos sucessores e aqueles manifestados no testamento. A utilização da técnica da ponderação dos interesses.....	170
II. 3. Legítimos interesses dos sucessores <i>versus</i> liberdade testamentária qualitativa.....	185
II.3.a. Os critérios estipulados pelo Código Civil para a definição da partilha: crítica diante da liberdade testamentária qualitativa.....	188
II.3.b. A ponderação de interesses diante das disposições testamentárias: liberdade do testador <i>versus</i> legítimos interesses dos sucessores.....	202
II.3.c. A problemática diante da distinção entre herdeiros necessários e herdeiros facultativos.....	216
II.3.d. Valor dos quinhões <i>versus</i> atribuição <i>in natura</i> de bens da herança.....	219
II.4. Disposições testamentárias que contrariam objetivos constitucionais.....	220
<b>III – A função promocional do testamento. Cláusulas testamentárias que realizam valores positivos no ordenamento civil. O conteúdo não patrimonial do testamento e a necessidade de investigar mecanismos para a garantia de sua concretização.....</b>	<b>237</b>
III.1. As disposições testamentárias de cunho patrimonial como um instrumento de realização de valores positivos no fenô-	

meno sucessório. Reenvio ao método da ponderação dos interesses .....	237
III.1.a. A liberdade testamentária qualitativa <i>versus</i> igualdade entre os filhos .....	238
III.1.b. A cláusula de inalienabilidade .....	242
III.2. As situações jurídicas existenciais e o testamento .....	250
III.2.a. As disposições testamentárias relativas aos direitos da personalidade: parâmetros para os seus limites...	252
III.2.b. Disposições relativas à filiação .....	268
III.3. As disposições relativas às situações jurídicas existenciais e os seus instrumentos de tutela.....	290
III.3.a. O executor das disposições testamentárias .....	291
III.3.b. Determinações especiais quanto ao exercício da personalidade <i>post mortem</i> .....	300
III.3.c. A atuação do Ministério Público.....	305
III.4. A função promocional do testamento: aspectos da disciplina do instituto que fomentam a sua realização.....	311
<b>Conclusão</b> .....	327
<b>Bibliografia</b> .....	335